

TÍTULO DO ARTIGO: GERAÇÃO PRÓPRIA DE RECURSOS

AUTOR: MARCO ANTÔNIO AMARAL PIRES

BREVE CURRÍCULO:

Marco Antônio Amaral Pires

Contador e Administração de Empresas, pós-graduado em Contabilidade e Auditoria, mes-
trando em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú, Perito Contador, Membro da Aca-
demia Brasileira de Ciências Contábeis e da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

ENDEREÇO, TELEFONE, FAX E E-MAIL PARA CONTATO:

Rua dos Timbiras 3.109 conj. 304,
Barro Preto
Belo Horizonte
CEP 30-140.062

TELEFONE/FAX: 031-32952178

EMAIL: maap@peritoscontabeis.com.br

URL: www.peritoscontabeis.com.br

**Publicado pela Revista Brasileira de Contabilidade no bi-
mestre setembro/outubro de 1996, edição de n.º 101, ano
XXV**

Geração Própria de Recursos

*Marco Antônio Amaral Pires.
Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis
Bacharel em Ciências Contábeis e Administração de Empresas
Pós graduação em Contabilidade e Auditoria
Professor Assist. I FUMEC/BH. Perito Judicial*

(Sob orientação do Prof. Dr. A. Lopes de Sá)

Este artigo tem por objetivo apresentar a técnica que adotamos ao ministrar a cadeira de Análise das Demonstrações Contábeis do Curso de Ciências Contábeis. Apresenta as razões da adoção do método de extração de informação dos demonstrativos, em especial, da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos, como se processa a compilação dos dados e os resultados obtidos. É destinada a uma análise econômico-financeira-patrimonial de usuários externos dos registros contábeis. Baseia-se na montagem do que se denomina Quadro de Geração Própria de Recursos.

1

A abordagem da análise das demonstrações financeiras à partir do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados é complementada pela técnica de apuração da Geração Própria de Recursos. Permite uma completa integração dos coeficientes de liquidez, estrutura e rentabilidade, dado o enfoque financeiro obtido pelos ajustes do resultado líquido do Demonstrativo de Resultados, além de permitir uma visualização das demais fontes de recursos da empresa e suas inversões patrimoniais.

Como a análise de balanços é uma atividade desempenhada exclusivamente pelo bacharel em Ciências Contábeis, dado a necessidade de conhecer os fundamentos e a teoria da ciência, esta é uma condição elementar para um bom analista.

Todos os estudiosos da matéria abordam uma análise inicial através da investigação das variações patrimoniais ocorridas no Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados.

Estas investigações, divididas, são conhecidas como análise através de coeficientes de liquidez, estrutura e rentabilidade, análise vertical e horizontal, padronização e a técnica da análise comparativa, obtida por meio de índices-padrões, à exemplo do trabalho desenvolvido por Dante C. Matarazzo em seu livro *Análise Financeira de Balanços* da Editora Atlas.

Em trabalho acadêmico, desenvolvido pelos professores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, aplicado e ministrado aos alunos desde 1985, transferiu-se aos mesmos os enfoques aplicados pelas instituições financeiras, de onde a equipe de professores é pregressa e ainda mantém suas atividades extra-acadêmicas.

A abordagem desenvolvida nas instituições financeiras naquela época, permitiu a elaboração de um procedimento técnico moldado e ajustado para o método didático, permitindo a constituição e criação desta técnica à partir das informações publicadas das empresas de capital aberto. Foi aprimorada e resultando neste artigo, que busca continuamente a melhoria e adequação às condições ambientais. Quando a este último, a instituição legal da aplicação da correção integral das demonstrações financeiras e a estabilidade relativa atual da moeda (em relação à década de oitenta), tem contribuído positivamente para a confirmação desta técnica de trabalho.

A origem da adoção deste instrumento partiu da necessidade de se obter respostas à cerca do procedimento de aplicação de recursos da empresa captados em determinado exercício; bem como de onde vieram estes recursos apontados como fontes, destacando, em especial, aqueles advindos de sua estrutura, traduzidos como próprios.

Obviamente que tais informes podem ser extraídos do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados. No entanto, como o primeiro representa a situação estática em determinado momento, através da apresentação gráfica dos saldos das origens e aplicação de recursos, e o segundo, disposto e apresentado com acréscimos e dedução de valores advindos da adequada aplicação do Princípio da Competência, os dados coletados destas duas peças contábeis são sujeitas a imperfeição do ponto de vista financeiro.

Diante deste obstáculo, os dados coletados e ajustados pela técnica de elaboração da Geração Própria de Recursos, denominada doravante de G.P.R., permite uma adequação do desempenho econômico obtido pelo resultado líquido final do Demonstrativo de Resultados, ajustando-o para uma realidade mais financeira, capaz de traduzir a geração de recursos próprios que foram utilizados nas aplicações no ano analisado. Permite a identificação das demais fontes de recursos e a distribuição destes valores nos componentes patrimoniais. Possibilita uma análise da ampliação dos grupos de ativo e redução das exigibilidades, avaliando também a variação do capital circulante líquido além de conseguir a interação com os coeficientes de liquidez.

Em virtude da origem desta técnica ter surgido da necessidade dos usuários externos da contabilidade - analistas de balanços de instituições financeiras -, os enfoques e abordagens são limitados aos informes obtidos das demonstrações financeiras publicadas. Não resta dúvida que, trabalhando com dados oriundos dos registros internos e mais analíticos da empresa analisada, o presente procedimento possibilita conclusões mais ricas em detalhes.

A apuração da G.P.R. e sua quantificação permite a construção de coeficientes de rentabilidade e sua análise interativa, com os índices de liquidez e estrutura, especialmente às relações com capitais de terceiros, demonstram inequivocamente, a validade desta técnica como elemento complementar das tradicionais técnicas de análise enumeradas no início deste tópico.

A compilação dos dados para a montagem da Geração Própria de Recursos parte dos informes apresentados no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, procedendo a análise de cada conta integrante do mesmo, dividindo as origens próprias em dois sub-grupos para apurar, ao final, coeficientes de rentabilidade sob a ótica do desempenho financeiro, além de apresentar um quadro complementar dos ajustes do Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos frente a nova informação apurada.

Os procedimentos que se seguem, tão como as observações, são as que destacamos, no ensino da matéria, aos alunos.

Estas representam pontos relevantes que podem alterar a interpretação do analista e por isto são centros importantes de considerações.

O Demonstrativo de origens e aplicação de recursos da empresa pareceu-nos a peça mais importante para a montagem dos informativos e grade. No entanto, antes da apuração da G.P.R., sabemos que um analista procura identificar no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos as contas que afetam o capital circulante líquido através de sua efetiva movimentação no circulante, ou seja, a tradução de desembolso ou recebimento de valores monetários no curto prazo.

Para a montagem do quadro de ajuste, recordamos abaixo, a configuração básica da G.P.R.. A sua complementação depende da interpretação e identificação da conta em questão, enquadrando-a nos dois sub-grupos do demonstrativo, na sua indicação como fonte de recurso externa ou mesmo como aplicação dos recursos.

Configuração Básica da G.P.R.

(+) Resultado do Exercício

**** Ajuste do resultado com itens que não afetam o circulante ****

(+) Depreciação, amortização e exaustão

(+) Correção Monetária do Balanço ou perdas/ganhos dos itens não circulantes

(+) Resultado de Equivalência Patrimonial

(+) Variações Monetárias do Exigível a longo prazo

(-) Variações Monetárias do Realizável a longo prazo

(-) Realização da Reserva de Reavaliação

(+) Provisões de longo prazo constituídas

(+) Ajuste de exercício anterior

**** Ajustes oriundos de efeitos financeiros que afetam a formação de recursos circulantes ****

(+) Baixa de ativo permanente

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">(-) Dividendos pagos e propostos(-) Impostos indiretos lançados diretamente no Patrimônio Líquido(+) Dividendos recebidos de controladas(+) Redução do Realizável a longo prazo |
|--|

Resultado do Exercício: Sabemos que o valor apresentado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos é o mesmo apurado no resultado. No entanto, identificado valor divergente, deve-se procurar a justificativa daquela diferença e analisá-la para o adequado valor a ser considerado como inicial do quadro. Como exemplo temos que, logo após a instituição do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido pelo Governo Federal Brasileiro, diversas empresas optaram em promover a demonstração deste tributo diretamente sobre a conta de lucro líquido a disposição dos acionistas apontando-o como dedução no Quadro de Mutação Patrimonial. Este procedimento acabava apresentando diferença entre o valor registrado no Demonstrativo de Resultados e no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos. Neste caso, o valor mais adequado, seria aquele apontado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, por refletir um resultado final deduzido de impostos que seriam desembolsados no curto prazo.

Ajustes do resultado com itens que não afetam o circulante:

Depreciação, Amortização e Exaustão: Conhecidas também em sentido amplo de amortização do capital investido no ativo permanente, sabemos que estes itens se referem as despesas apropriadas no resultado fruto da aplicação do Princípio da Competência. Os valores são extraídos diretamente do Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos sem qualquer ajuste ou indagação.

Correção Monetária do Balanço ou Ganhos/Perdas de itens não circulantes: A alternativa apontada neste item advém da forma de apresentação das demonstrações financeiras, ou seja, a análise daquelas apuradas mediante a aplicação da legislação societária e daquelas que apresentam mediante a adequação das demonstrações financeiras pela correção integral. Qualquer das duas modalidades produzem efeitos de ajuste da estrutura patrimonial pelo equilíbrio contábil das contas credoras e devedoras. Ambas são produzidas por efeitos inflacionários, não redundando em efetivas movimentações financeiras de recebimento ou descaixe de recurso. São apenas compensações das variações monetárias sobre itens da estrutura patrimonial a valores ajustados para o momento da apuração daqueles saldos patrimoniais.

Sabemos que os valores tomados são aqueles que estão apresentados no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, dado a sua correspondência quantitativa no Demonstrativo de Resultados. No entanto, identificado diferenças destes dois informes, deve-se analisar com o fito de estabelecer o valor adequado de ajuste do resultado. Na falta de elementos que permitam a identificação do valor mais adequado, deve-se optar por aquele registrado no Demonstrativo de Resultados, em razão de que este primeiro grupo

de valores que compõem o quadro ajustam o resultado do exercício, expurgando os efeitos produzidos pelo Princípio da Competência e que não produzem efeitos monetários de recebimento ou descaixe de recursos.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Conforme apresentado no tópico anterior, o resultado de equivalência patrimonial determinado pela legislação societária visa a manutenção do equilíbrio monetário de aplicação de recursos em relação ao percentual de participação na empresa investida. O efeito deste ajuste possui suas contra-partidas na variação do valor investido contabilizado no ativo investimentos e a apropriação no resultado desse efeito. No entanto, tal procedimento, não produz financeiramente variação na geração de caixa, ou seja, não traduz movimentação de recursos. O valor que utilizamos é aquele apresentado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos. Possivelmente, alguma diferença existente entre o valor apresentado no Demonstrativo de Resultados e o D.O.A.R. será oriundo do efetivo encaixe de recursos advindo da distribuição de dividendos da controlada. Neste caso, deve-se considerar o valor apresentado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, pois o valor oriundo da distribuição de dividendos será tratada no 2º sub-grupo.

Variações Monetárias dos itens de longo prazo: A explicação para este item absorve o relativo ao Exigível e ao Realizável a longo prazo, em razão da completa similaridade de procedimentos para sua identificação e registro contábil. A diferença nos critérios, como sabemos, se reveste apenas da sua formação, ou seja, exigível produz efeitos de ampliação das dívidas de longo prazo e conseqüente aumento das despesas financeiras, e no realizável provoca acréscimo do ativo de longo prazo com ampliação das receitas financeiras. Os informes apontados no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos não estão informados no Demonstrativo de Resultados na conta Correção Monetária do Balanço, fazem parte das contas de despesas e receitas financeiras que incluem as variações monetárias.

As variações monetárias que fazem parte da compensação do resultado líquido são aquelas que afetam o mesmo, sem contudo produzir desembolsos ou encaixes de valores. São os valores que são apropriados ao resultado do exercício e provocam a ampliação das dívidas de longo prazo pela sua atualização ao momento da apuração, além da parcela de juros não amortizada e considerada de longo prazo, bem como o seu equivalente na realizável a longo prazo.

Realização da Reserva de Reavaliação: Este item é identificado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos quando a empresa procedeu, em exercícios pretéritos, o ajuste de sua estrutura de permanente para valor do momento da avaliação, e, por razões de procedimento compensatório, promove o reconhecimento da reserva lançada ao patrimônio líquido equivalente ao montante amortizado do ativo reavaliado. Este ajuste normalmente acompanha a informação escriturada na 2ª parte do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR -, dado ao princípio estabelecido de não produzir despesa sem a correlata existência de receita, ou seja, estabelece que não se pode ampliar uma

despesa de amortização se não ocorrera a efetiva imobilizado do capital para aquele fim. Assim, o valor apontado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos serve para compensar o excesso de amortização (no sentido amplo) lançada ao resultado e que produziu lucro menor. Deve-se tomá-lo, portanto, para reduzir o impacto dos valores registrados como depreciação, amortização e exautão.

Provisões de longo prazo constituídas: Enquadram-se neste tópico os valores apropriados ao resultado do exercício para reconhecimento de despesas a serem efetivadas em exercícios subseqüentes àquele, cuja contra-partida do lançamento de obrigações a longo prazo foi em alguma despesa provocando redução do lucro.

Encontram-se anotados expressamente no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos com títulos semelhantes. Como exemplo tem-se a constituição da provisão para imposto de renda de longo prazo.

Ajuste de exercício anterior: Sabemos que as empresas promovem ajustes após o encerramento do exercício social e que refletem diretamente no Quadro de Mutação Patrimonial, alterando o resultado do exercício anterior, e muito embora no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos apresente deduzindo do exercício em análise, deve-se promover o ajuste do resultado do exercício no ano anterior àquele informe, dado que tal promoção, se tivesse sido oportunamente contabilizada, faria modificação no ano específico. Obviamente que, em razão deste procedimento, na análise de mais de dois exercícios, o mais recente não possuirá este tópico.

Ajustes oriundos de efeitos financeiros que afetam a formação de recursos circulantes

Baixa de ativo permanente: Temos que a escrituração de uma alienação, ou mesmo reconhecimento de perda de ativo permanente, provoca, no resultado do exercício, a variação advinda do produto da contabilização.

Na alienação do bem permanente, seu efeito para o resultado do exercício opera somente na parcela deduzida do seu custo de aquisição atualizado reduzido da amortização (no sentido amplo) ocorrida. No entanto, a formação de recursos circulantes obteve um acréscimo advinda da parcela que fora considerada como valor contábil do bem. Para melhor visualização da ocorrência, observe os seguintes dados:

- valor da venda para recebimento no curto prazo	= R\$1.000,00
- valor do bem, líquido de depreciação, na data da venda	= R\$ 750,00
- valor apropriado ao resultado do exercício, à título de ganho de capital	= R\$ 250,00

Nesse exemplo, fora contabilizado como acréscimo ao resultado, o montante de R\$ 250,00. Entretanto, como formação de recursos circulantes o valor adequado seria R\$ 1.000,00. Para que se possa ajustar o resultado do quadro da G.P.R., deve-se acrescer a parcela identificada como valor do bem baixado,

ou seja, R\$ 750,00. Acrescido ao valor já apropriado ao resultado final totaliza o montante de recursos circulantes advindos daquele fato contábil.

No reconhecimento de perdas de ativo permanente o entendimento não difere. Somente não se obtém ganho. É apropriado ao total da G.P.R. todo o valor proveniente do saldo líquido do bem permanente baixado. Neste caso, como na movimentação financeira não ocorreria o desembolso da perda de capital, a identificação pelo mesmo valor do lançamento ao resultado se faz necessária para a devida compensação quantitativa.

Dividendos pagos e propostos: Como o objetivo da técnica é apurar no 1º quadro a geração própria de recursos que ficou à disposição da entidade para suas inversões na estrutura patrimonial, o valor relativo aos dividendos pagos e propostos oriundos do resultado do exercício não serão mantidos na estrutura; pelo contrário, produziram uma redução do ativo circulante diminuindo sua disponibilidade financeira. Desta feita, o valor apontado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, na parte relativa a aplicação dos recursos, sob este título, deve ser lançada, como dedução, do montante que se está apurando a título de G.P.R.. Necessário ressaltar que deve-se atentar para informes nas notas explicativas que venham identificar que a proposta da administração relativo a distribuição de dividendos no exercício seguinte não venha a ser aprovada, sob qualquer pretexto, pela assembleia dos acionistas. Neste caso, não há razão para a dedução ofertada no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, pois existiu uma decisão posterior obstaculizando a saída daquele numerário da estrutura patrimonial.

Impostos indiretos lançados diretamente no Patrimônio Líquido: Observou-se que nos exercícios de 1991 a 1993, algumas *aziendas* não apresentavam no Demonstrativo de Resultados, ou mesmo, no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, no quadro relativo às aplicações, a parcela do Imposto de Renda sobre o lucro líquido. Promovia este lançamento diretamente na conta de lucros acumulados deduzindo o lucro líquido. Este procedimento fazia com que o lucro líquido do Demonstrativo de Resultados fosse diferente do apresentado no Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos. Como o objetivo deste quadro em descrição é detalhar as contas que integram o ajuste para a quantificação da G.P.R., apontando as suas causas principalmente financeiras, deve-se discriminar esta conta deduzindo-a quantitativamente.

Dividendos recebidos de controladas: Aplicando o raciocínio inverso da situação apresentada de dividendos pagos e propostos, a identificação de valores percebidos de controladas promove a ampliação de recursos circulantes de forma efetiva. Como sabemos, por questões de procedimento contábil, faz parte da parcela incorporada ao resultado do exercício sob o título de Resultado de Equivalência Patrimonial. No entanto, como este valor já fora compensado no 1º sub-grupo deste quadro, o valor incorporado a esta conta representa entrada de meios circulantes na entidade analisada e deve ser destacado neste para demonstrar o seu acréscimo na G.P.R..

Redução do realizável a longo prazo: Considerando que os valores contabilizados no ativo realizável a longo prazo possuem liquidez, a sua transferência para a parcela de curto prazo denota a condição do acréscimo real dos recursos disponíveis, ampliando sua G.P.R.. A sua inclusão no 2º sub-grupo é em razão de que o reconhecimento desta parcela na formação de recursos disponíveis, é fruto de melhoria de sua parte financeira de curto prazo. Pertence à G.P.R. pois a origem do mesmo é a própria estrutura patrimonial, embora não seja advinda do resultado comercial da entidade.

Após a quantificação do valor da G.P.R., tem-se um resultado que deve ser comparado aos mesmos denominadores dos índices de rentabilidade com base no lucro líquido. Assim, tem-se:

Rentabilidade das vendas: Também conhecida como margem líquida na concepção de Dante C. Matarazzo e lucratividade sob a visão de Milton Augusto Walter, este indicador, como sabemos, permite avaliar a capacidade do rendimento financeiro da empresa, confrontando-se a G.P.R. com o total de vendas líquidas. Este coeficiente denota a real capacidade de produzir recursos frente ao total das vendas. Assim sendo, deve-se observar e atentar para os itens formadores do 2º sub-grupo que não estando vinculados ao resultado comercial e que poderão provocar melhorias na geração de recursos, suavizando possíveis oscilações negativas do comportamento estrutural da *azienda*. Na análise deste item, deve-se relatar estas influências.

$$RV = \frac{GPR}{VL} \times 100$$

$$\text{Rentabilidade das vendas} = \frac{\text{Geração Própria de Recursos}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100 =$$

Rentabilidade do ativo total: Estudado também por Alexandre Assaf Neto que denomina-o como Retorno sobre o Investimento Total, este coeficiente possui o denominador de ativo total do ano analisado, não se quantificando pelo valor médio em razão da opção de considerar o ativo total na sua condição mais próxima da apuração do resultado. Conseqüentemente, nas situações de continuidade da entidade este coeficiente tende a ser menor do que aquele que se gera na apuração do ativo médio.

Percebemos que este coeficiente, portanto, permite verificar a capacidade que os ativos apresentam de gerar recursos circulantes, servindo para medir o potencial de geração de haveres, possibilitando quantificar o poder de capitalização da *azienda*. Como no índice anterior, permite a análise do desempenho da empresa, comparando-o ano a ano.

$$RAT = \frac{GPR}{AT} \times 100$$

$$\text{Rentabilidade do Ativo Total} = \frac{\text{Geração Própria de Recursos}}{\text{Ativo Total}} \times 100 =$$

Rentabilidade do Patrimônio Líquido: Também denominada de rentabilidade do capital próprio por Milton Augusto Walter, este coeficiente permite analisar o risco assumido pelos proprietários da *azienda* na atividade empresarial, confrontando-o com a remuneração obtida por aplicação no mercado financeiro, sempre considerando a hipótese mínima de rendimento auferido através de depósito em caderneta de poupança. Como no índice anterior, opta por tomar o valor final do Patrimônio Líquido no período analisado por provocar, em razão do Princípio da Continuidade, um natural aumento do capital próprio e conseqüente coeficiente menor.

A possibilidade de medir a capacidade da empresa de remunerar o capital próprio através da apuração de sua geração de recursos disponíveis, permite avaliar o potencial de auferir recursos com a manutenção do capital investido. Sua análise, deve-se balizar, na condição de identificação de variações na estrutura de permanente, apontando possíveis desmobilizações que provoquem aumento da rentabilidade no curto prazo, mas, no entanto, venham trazer danos a capacidade produtiva. Este item pode ser acompanhado pelo valor apontado no 2º sub-grupo do quadro da G.P.R. sob o título “Baixa de ativo permanente”.

$$RPL = \frac{GPR}{PL} \times 100$$

Rentabilidade do Patrimônio Líquido = $\frac{\text{Geração Própria de Recursos}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Quantificado o montante da Geração Própria de Recursos, procura-se agrupar as demais informações do Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos de forma a ajustá-lo com o elaborado. A configuração básica deste quadro complementar é apresentada abaixo:

<u>ORIGENS</u>
G.P.R.
<u>Outras Fontes</u>
Capital próprio (integralização pelos acionistas).
Terceiros:
- Incentivos fiscais
- Financiamentos e Empréstimos bancários
- Empréstimos de acionistas e entidades ligadas
SUB-TOTAL das origens
Redução do Capital Circulante líquido
TOTAL DAS ORIGENS
<u>APLICAÇÃO</u>
Inversões no ativo:
Realizável a longo prazo
Investimentos
Imobilizado
Diferido

Transferências de exigibilidade de longo prazo para curto Redução do Exigível a longo prazo Acréscimo no Capital Circulante Líquido TOTAL DAS APLICAÇÕES

Como podem visualizar, o quadro acima não apresenta nenhuma diferença em relação aos dados do Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, com exceção do registro como origem de recursos da redução do Capital Circulante Líquido. Esta situação surge quando, a *azienda*, não consegue auferir geração própria, não obtém recursos junto a terceiros, e como última alternativa para financiar suas inversões de longo prazo, reduz seu capital circulante. Portanto, deve ser considerado, para esta finalidade de análise, como parte de recursos. Tal comportamento provoca uma redução de liquidez corrente e ampliação dos coeficientes de imobilização de recursos não correntes.

3

Quantificada a capacidade de gerar recursos circulantes, o analista pode ajustar os valores apurados e calcular a capacidade de absorção de despesas e compromissos financeiros de modo a avaliar a condição da empresa de promover acréscimos em sua estrutura patrimonial.

Como complementação de todas as observações, enfocamos a questão da capacidade de absorver gastos.

Os dados gerados pela utilização desta técnica permitem uma avaliação da performance econômico-financeira sob o prisma do enfoque financeiro, ressaltando a capacidade de geração de recursos circulantes, propiciando condições de atestar a situação da entidade para cumprir suas obrigações de curto prazo.

Após a quantificação dos valores em cada período de tempo, observando um mínimo de duas demonstrações financeiras, deve-se ajustar pelo mesmo deflator utilizado na técnica da análise horizontal os valores apurados nos períodos analisado. Assim, obtém-se um valor médio de geração de recursos. Após a quantificação da média, novamente, procede-se a divisão do valor para a apuração da capacidade de geração de recursos circulantes de forma mensal. Este valor, representa o montante gerado pela entidade em termos mensais em duas referências de tempo:

a - Demonstrações financeiras com base na legislação societária.

Em virtude do demonstrativo de resultados apresentar os saldos acumulados pelos valores históricos escriturados ao longo do período de apuração, o valor quantificado por esta técnica é identificado no ponto médio do período, ou seja, se as demonstrações analisadas tem o seu encerramento em dezembro de cada ano, o valor médio quantificado representa a geração de recursos circulantes líquida em final de junho daquele ano.

Com base neste referencial, procede-se a atualização do valor encontrado pelo mesmo indexador usado na análise horizontal para o mês em análise. Assim

procedendo, obterá o valor que a entidade dispõe para poder absorver maiores despesas e compromissos financeiros que a estrutura patrimonial comportava até a elaboração das demonstrações apresentadas.

b - Demonstrações financeiras com base na correção integral.

Considerando que os valores apropriados como receita e despesas estão ajustados à data do fechamento do mais recente demonstrativo, o valor médio mensal reflete a posição nesta data.

Deste modo, a atualização que se deve proceder é à partir do mês do demonstrativo até o mês em análise. O resultado é aquele que a entidade dispõe para poder absorver maiores despesas e compromissos financeiros que sua estrutura patrimonial comportava até a elaboração das demonstrações apresentadas.

O valor quantificado representa o acréscimo das despesas que a entidade é capaz de absorver sem necessitar buscar outras fontes de recursos que não aquela oriunda de sua geração. Conforme exposto no início deste artigo, esta técnica teve origem nas instituições financeiras que procuravam um método de obter meios quantitativos para avaliação das tomadas de recursos onerosas, sejam provenientes de empréstimos ou por operação de leasing. Quanto ao primeiro, observa-se tão somente o impacto produzido pelo necessário desembolso do valor dos juros cobrados na operação e a capacidade de endividamento. Na segunda opção, procede-se uma compensação do desembolso financeiro advindo da despesa de leasing, em razão de que o bem arrendado - no caso de operações normais de leasing - produzirá receita relativo a sua operacionalização. Esta compensação era significativa e necessitava de maiores estudos - não objeto desta apresentação - tanto quanto representava aquelas inversões na capacidade produtiva da *azienda*. Ressalva-se apenas que, nos casos de operação de "leasing-back" não tem o que compensar, em razão das características da modalidade, ou seja, a venda para a empresa de arrendamento mercantil e a sua imediata locação com pagamento do aluguel, não representando o aumento da capacidade produtiva.

MARCO ANTÔNIO AMARAL PIRE S

CONTADOR * C.R.C./MG 41.632/0-7

Rua dos Timbiras 3.109 conj. 304 * Tel./Fax 031-295-2178

Barro Preto * Belo Horizonte * CEP 30.140-062

E-mail >> pericont@lua.com.br * Home page >> www.task.com.br/pericont